



Estado de Sergipe
Município de Indiaroba
Prefeitura Municipal de Indiaroba

Relatório Anual
do
Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE
INDIAROA

CONTAS ANUAIS
2021



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA
01 DE JANEIRO – 31 DE DEZEMBRO DE 2021

I - INTRODUÇÃO

No cumprimento da missão de avaliar a execução orçamentária, financeira, patrimonial, de compras, de almoxarifado e demais aspectos no âmbito desta unidade gestora tecemos alguns apontamentos acerca da matéria que descreveremos nos parágrafos seguintes sobre o **EXERCÍCIO 2021**. Essa análise técnica tem base no artigo 80 da Lei 4.320/64, no disposto no artigo 74 da CF/88 e na Resolução do Tribunal de Contas de Sergipe nº 206 de 1º de novembro de 2001.

II – CICLO ORÇAMENTÁRIO

Planejamento Orçamentário:

- PPA – LEI 561 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
VIGÊNCIA NOS EXERCÍCIO DE 2018 A 2021.
- LDO – LEI 614 DE 14 DE JULHO DE 2020.
VIGÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2021.
- LOA – LEI 619 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
VIGÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2021.

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 52.000.000,00 (Cinquenta e dois milhões)**, distribuídos por poder e órgão na seguinte forma:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR PODER 2021	
UNIDADE GESTORA	PREVISÃO LOA
Prefeitura Municipal	40.984.604,00
Fundo Municipal de Saúde	6.691.416,00
Fundo Inc. Des. Social	2.293.980,00
Câmara Municipal	2.030.000,00
Total	52.000.000,00

O quadro demonstrativo que segue apresenta resumidamente a previsão de receitas e fixação de despesas para ano financeiro. Observe:



RESUMO PREVISÃO X FIXAÇÃO 2021	
Receitas Correntes	54.651.220,00
Receitas de Capital	1.413.500,00
Dedução do FUNDEB	-4.064.720,00
CONSOLIDAÇÃO	52.000.000,00
Despesas Correntes	45.953.326,00
Despesas de Capital	5.994.674,00
Reservas	52.000,00
CONSOLIDAÇÃO	52.000.000,00

Após operacionalização orçamentária e financeira do **Exercício de 2021**, os saldos de dotação por poder estão representados na forma que segue:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO 2021		
UNIDADE GESTORA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Prefeitura Municipal	40.984.604,00	48.546.959,56
Fundo Municipal de Saúde	6.691.416,00	12.373.582,78
Fundo Inc. Des. Social	2.293.980,00	2.799.043,53
Câmara Municipal	2.030.000,00	2.030.000,00
Total	52.000.000,00	65.749.585,87

Deste modo é possível concluir que a dotação atualizada do **Exercício de 2021** supera a dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2021.

III – ACOMPANHAMENTO DA META DE RECEITAS ANUAL

Segue o quadro da receita consolidada do **Exercício 2021**.

FONTES DE RECEITA	PREVISÃO ANUAL	ARRECADAÇÃO NO PERÍODO	ARRECADAÇÃO ACUMULADA	ESTIMADO A REALIZAR
RECEITA CORRENTE	54.651.220,00	21.334.849,48	71.454.060,01	16.802.840,01
Receita Tributária	2.427.220,00	1.871.547,71	2.586.102,84	158.882,84
Contribuições	397.134,00	156.005,35	625.845,45	228.711,45
Receita Patrimonial	25.020,00	82.948,38	153.926,22	128.906,22
Receita de Serviços	110.000,00	18.365,00	88.171,31	- 21.828,69
Transf. Correntes	51.661.846,00	19.199.116,73	67.986.509,56	16.324.663,56
Out. Rec. Correntes	30.000,00	6.866,31	13.504,63	- 16.495,37
RECEITA DE CAPITAL	1.413.500,00	255.542,40	1.140.599,07	- 272.900,93
Alienação de Bens	10.000,00	-	84.890,00	74.890,00
Transf. de Capital	1.403.500,00	255.542,40	1.055.709,07	- 347.790,93
DEDUÇÃO FUNDEB	4.064.720,00	1.428.972,74	- 5.325.157,64	- 1.260.437,64
TOTAL	52.000.000,00	23.019.364,62	67.269.501,44	15.269.501,44



A Lei 4.320/64 em seu artigo 43 parágrafo 3º ensina:

Art. 43.

(...)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Nesse âmbito, foi observada a tendência do exercício na metodologia apresentada a seguir. No demonstrativo que segue, conclui-se que em todos os períodos do **Exercício 2021** houve arrecadação superior à estimativa prevista na Lei Orçamentária Anual. As metas periódicas foram separadas em 4 intervalos trimestrais, onde foram atingidos os seguintes excessos de receitas: **no 1º Trimestre de 13,21%, no 2º Trimestre de 14,47%, no 3º Trimestre de 34,69% e no 4º Trimestre de 55,09%.**

ANÁLISE DA RECEITA POR PERÍODOS						
RECEITA ANUAL PROJETADA 2021				52.000.000,00		
PERÍODO	PROJETADO		REALIZADO 2021		COMPARATIVO / META	
	%	VALOR	TRIMESTRE	ACUMULADO	TRIMESTRE	ACUMULADO
1º TRIMESTRE	25%	13.000.000,00	14.717.271,06	14.717.271,06	113,21%	28,30%
2º TRIMESTRE	50%	26.000.000,00	14.881.690,52	29.598.961,58	114,47%	56,92%
3º TRIMESTRE	75%	39.000.000,00	17.509.120,72	47.108.082,30	134,69%	90,59%
4º TRIMESTRE	100%	52.000.000,00	20.161.419,14	67.269.501,44	155,09%	129,36%

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Após análise da realização da receita consolidada, foi apurado um excesso de arrecadação dentro do exercício. Observa-se também que a assessoria contábil liberou o lançamento nessa modalidade de crédito no importe de **R\$ 13.749.585,87 (treze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).**

EXERCÍCIO	RECEITA PROJETADA	RECEITA REALIZADA	EXCESSO DA RECEITA	
			ATINGIDO	UTILIZADO
2021	52.000.000,00	67.269.501,44	15.269.501,44	13.749.585,87



IV – ASPECTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIO

Sobre o comprometimento das despesas registradas até essa fase do exercício, observe-se o saldo acumulado entre empenhos, liquidações e pagamentos:

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	EXCESSO DE RECEITA	DOTAÇÃO ATUAL	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
2021	52.000.000,00	0,00	13.749.585,87	65.749.585,87	64.216.858,24	63.891.072,55	63.161.281,48
TOTAL	52.000.000,00	0,00	13.749.585,87	65.749.585,87	64.216.858,24	63.891.072,55	63.161.281,48

Este órgão de controle alertou ao Gestor Municipal o **orçamento e insuficiência de disponibilidade de caixa** para lastrear a demanda de ações que se realiza. Essa metodologia de gestão **desobedece ao princípio do equilíbrio orçamentário** das contas públicas. Na ocasião foi orientado o §1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei 101/2000.

V – DOS BENEFÍCIOS E DOAÇÕES CONCEDIDAS

Fazendo referência às informações anuais de 2021, encontramos valores com despesas efetivamente liquidadas e consolidadas no importe de **R\$ 421.004,75 (quatrocentos e vinte e um mil, quatro reais e setenta e cinco centavos)** com doações, auxílios e demais materiais para distribuição gratuita.

ITEM	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Auxílios Financeiros	31.983,03	47.646,02	32.122,05	39.811,19	151.562,29
Material de Distribuição Gratuita	67.435,72	77.027,78	75.060,44	49.918,52	269.442,46
TOTAL	99.418,75	124.673,80	107.182,49	89.729,71	421.004,75

Os auxílios financeiros da Assistência Social são ofertados de acordo com a Lei Municipal 506, de 27 de Maio de 2014, que regulamenta esse tipo de despesa, exigindo critérios, visita em loco da Assistente Social e seu respectivo Laudo Técnico, **procedimentos que são cumpridos com regularidade**.

Nas despesas com distribuição gratuita estão englobados os medicamentos do programa assistencial em saúde que são disponibilizados à população através da farmácia básica do município na Clínica de Saúde da Família Nossa Senhora da Conceição.



VI – DESPESA COM DIÁRIAS

Diante de dados contábeis oficiais, encontramos uma despesa contábil com diárias no Exercício em análise referente ao poder executivo no importe de **R\$ 46.130,00 (quarenta e seis mil cento e trinta reais)**. Há decreto publicado que regulamenta a concessão de diárias.

DESPESAS COM DIÁRIAS 2019	
1º TRIMESTRE	1.660,00
2º TRIMESTRE	5.390,00
3º TRIMESTRE	18.770,00
4º TRIMESTRE	20.310,00
TOTAL EM 2021	46.130,00
IMPACTO NA RCL 2021	0,07%

Os gestores estão informados da necessidade de cumprir a **Resolução 297/2016 do TCE/SE**, inclusive para comprovar documentalmente a ocorrência da despesa com:

- Relatórios pertinentes a cada conteúdo de viagem.
- Certificados de Participação em Eventos.
- Declaração de Comparecimento.

Foram citadas também as possíveis penalidades e responsabilizações em caso de descumprimento ou falta das comprovações acima destacadas.

VII - DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Os dados contábeis com as liquidações de combustível de forma consolidada no **Exercício 2021** apontaram os valores do extrato abaixo.

DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS NO EXERCICIO 2021	
1º TRIMESTRE	211.906,90
2º TRIMESTRE	383.985,15
3º TRIMESTRE	449.962,92
4º TRIMESTRE	394.900,83
TOTAL 2021	1.440.755,80
IMPACTO NA RCL 2021	2,24%



Até o período em análise já houve despesa registrada no importe de **R\$ 1.440.755,80 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)**.

Esta controladoria emitiu recomendação com modelo de **mapa de controle veicular**, bem como **modelo de planilha de abastecimento** para mensurar o consumo da frota, identificar os veículos que precisam de um melhor gerenciamento auxiliando, inclusive, a tomada de decisões pelos gestores.

VIII - ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

O almoxarifado das unidades gestoras é controlado por sistemas informatizados, apresentando vínculo direto com os registros contábeis de liquidações.

A metodologia para os registros patrimoniais também é feita de modo informatizado através de ferramenta integrada com a contabilidade.

Esta controladoria informou aos gestores, bem como ao Secretário de Administração (denominado como secretário Geral) que é necessário nomear uma comissão para avaliação do acervo patrimonial de bens físicos moveis e imóveis.

IX - CRÉDITOS ADICIONAIS

Analizando o quadro de demonstrativo de despesa é possível observar de forma consolidada, que foi aberto o montante de **51.983.301,32 (cinquenta e um milhões novecentos e oitenta e três mil trezentos e um reais e trinta e dois centavos)**. Após abertos todos os decretos, o município utilizou um percentual de **99,97%**.

CRÉDITOS ADICIONAIS 2021		
Lei Orçamentária Anual 2021	52.000.000,00	
Limite Suplementação – LOA	80%	41.600.000,00
SUPLEMENTAÇÃO ADICIONAL	20%	10.400.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO	100%	52.000.000,00
REALIZADO	99,97%	51.983.301,32
A REALIZAR EM 2021	0,03%	16.698,68



X - LIMITES E GESTÃO FISCAL

SUBSÍDIOS

Relativamente aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, os valores por cargo estão deliberados de acordo com o artigo 2º, inciso I, II e III da Lei nº 535 de 21 de Outubro de 2016. Para melhor visualização reproduzimos os valores constantes no dispositivo legal que vêm sendo pagos mensalmente:

Item	Valor Fixado	Valor Recebido
Prefeito	24.000,00	24.000,00
Vice-Prefeito	16.000,00	16.000,00
Secretários	7.596,57	6.500,00

REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

É de obrigação do poder executivo repassar o duodécimo ao poder legislativo, de acordo com o dispositivo constitucional do artigo 29-A. Nesse sentido, no **Exercício 2021** foi repassado o montante de **R\$ 1.680.921,66 (um milhão, seiscentos e oitenta mil, novecentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos)** estando, portanto, dentro do limite estipulado pela legislação vigente.

DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS NO EXERCÍCIO 2021	
1º TRIMESTRE	429.301,20
2º TRIMESTRE	417.206,82
3º TRIMESTRE	417.206,82
4º TRIMESTRE	417.206,82
TOTAL 2021	1.680.921,66

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

As informações de investimentos com MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com FUNDEB, aplicação mínima com ações na área de saúde serão explanadas a seguir com base nos dados dos respectivos demonstrativos de FUNDEB, MDE e aplicação com serviços de Saúde referentes ao **Exercício de 2021**.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Praça dos Pescadores, 19 – Centro – CEP 49.250-000. CNPJ: 13.097.894/0001-21.
Telefone: (79) 3543-1472.<http://www.indiaroba.se.gov.br>.



MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO - MDE	
RECEITA COM IMPOSTOS	30.365.098,48
APLICAÇÃO MÍNIMA 25%	7.591.274,62
APLICAÇÃO REALIZADA	7.486.016,47
PERCENTUAL EXECUTADO	24,65%
VALOR ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO	-105.258,15

AVALIAÇÃO DOS GASTOS COM O FUNDEB

DESPESAS COM FUNDEB 70%	
RECEITA DO FUNDEB	21.275.297,18
MÍNIMO DE 70% DA RECEITA FUNDEB	14.892.708,03
VALOR APLICADO NA REMUN. DO MAGISTÉRIO	15.201.502,80
PERCENTUAL APLICADO	71,45%
VALOR INVESTIDO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO	308.794,77

GASTOS COM A SAÚDE

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	30.365.098,48
15% DA RECEITA APURADA	4.554.764,77
VALOR APLICADO EM AÇÕES E SERV. DE SAÚDE	5.727.597,28
PERCENTUAL APLICADO	18,86%
VALOR INVESTIDO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO	1.172.832,51

XI - DESPESA COM PESSOAL

Considerando o princípio da unidade do orçamento público, a despesa com pessoal será demonstrada unificada, de modo consolidados. A unidade gestora, que ao longo dos anos não vinha apresentando conformidade com os dispostos na lei de responsabilidade fiscal, apontou em seu 3º Relatório de Gestão Fiscal de 2021 o percentual 51,97%.



DESPESA COM PESSOAL ANUAL INDIAROBA					
Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa Com Pessoal	Limite Máximo LRF 54%	Excesso da Despesa / Ano	Percentual do Período
2013	28.168.289,85	20.916.845,58	15.210.876,52	-5.705.969,06	74,26%
2014	31.680.495,92	22.755.768,73	17.107.467,80	-5.648.300,93	71,83%
2015	33.430.510,28	22.615.994,24	18.052.475,55	-4.563.518,69	67,65%
2016	38.818.459,87	30.758.828,18	20.961.968,33	-9.796.859,85	79,24%
2017	37.720.707,26	27.031.185,62	20.369.181,92	-6.662.003,70	71,66%
2018	43.579.867,30	29.082.784,33	23.533.128,34	-5.549.655,99	66,73%
2019	51.763.074,71	28.479.394,79	27.952.060,34	-527.334,45	55,02%
2020	56.210.580,56	33.819.624,06	30.353.713,50	-3.465.910,56	60,17%
2021	64.193.093,37	33.361.513,57	34.664.270,42	1.302.756,85	51,97%

No decorrer da gestão sugerimos que se implante **ponto eletrônico digital, controle no ponto de trabalho, nas horas extras, reavaliação nas insalubridades e periculosidades mediante laudo de profissional habilitado em obediência às normas regulamentadoras 15 e 16 do ministério do Trabalho e revisão para realizar a Contabilização integral dos Encargos Patronais conforme planilha desenvolvida e encaminhada para a contabilidade.**

Exemplo:

MAPA DE APURAÇÃO MENSAL DO INSS						
CENTRO DE CUSTO	INSS PATRONAL	INSS SEGURADO	SAL. FAMÍLIA	SAL. MATERNIDADE	REPASSE	CONTA
IDENTIFICAR	(+)	(+)	(-)	(-)	RESULTADO	FONTE A PAGAR
EXEMPLO PRÁTICO DE USO - INCLUIR TODOS OS CENTROS DE CUSTO						
CENTRO DE CUSTO	INSS PATRONAL	INSS SEGURADO	SAL. FAMÍLIA	SAL. MATERNIDADE	REPASSE	CONTA
CC 20	5.000,00	2.200,00	190,26	1.899,00	5.110,74	XXXXXXXX
CC 62	4.000,00	1.500,00	190,26	2.100,00	3.209,74	XXXXXXXX
CC 64	6.000,00	2.700,00	380,52	2.500,00	5.819,48	XXXXXXXX
Total igual à GFIP	15.000,00	6.400,00	761,04	6.499,00	14.139,96	-

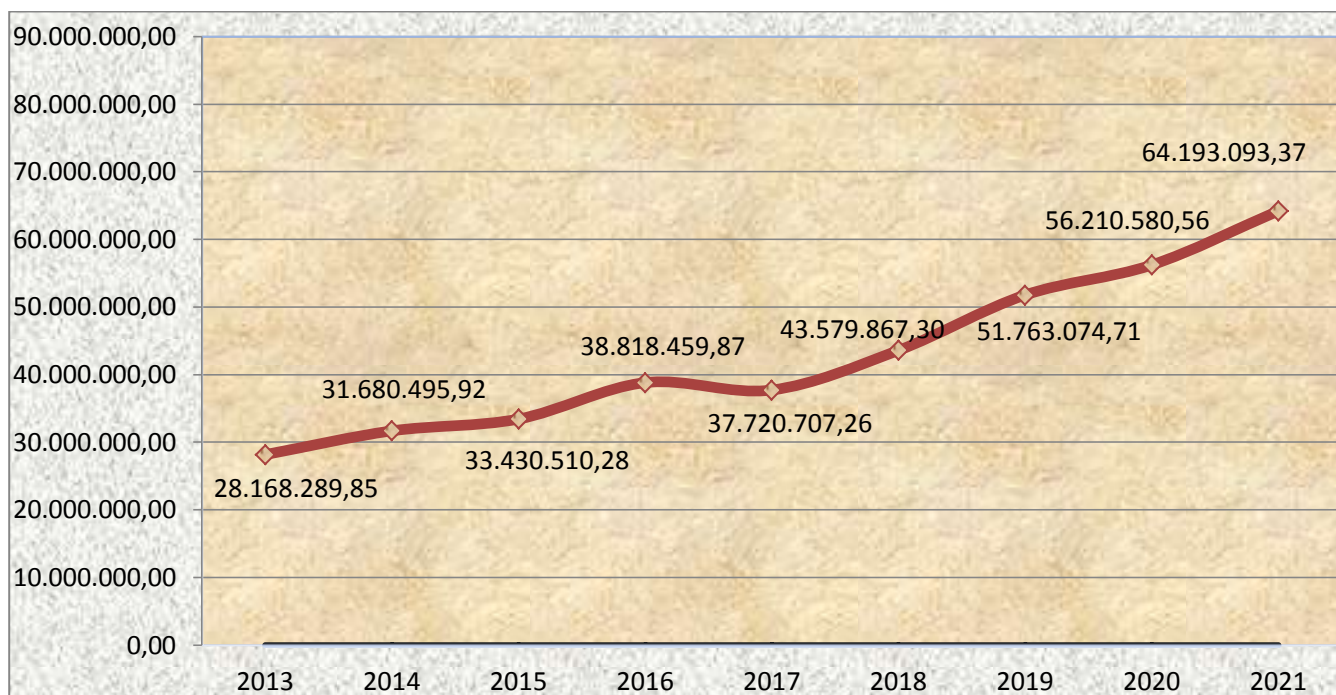
Acrescente que também foram encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe alertas ao gabinete do executivo sobre esse descumprimento, cujos alertas estão em anexo.

Saliente-se que houve uma reunião com o setor de contabilidade para orientar sobre o registro dos encargos patronais dentro de seu prazo legal estando apto para pagamento até o dia 20 do mês subsequente ao da competência de origem. Registre-se que o objetivo desse trabalho é prezar pela manutenção do registro correto dos encargos, obedecendo-se a alíquota do imposto, custeando-o com sua fonte pagadora evitando que o recurso próprio seja debitado pela



fonte pagadora. Houve também orientação encaminhada às Secretarias de Administração e Finanças e Recursos Humanos e Gabinete sobre o tema.

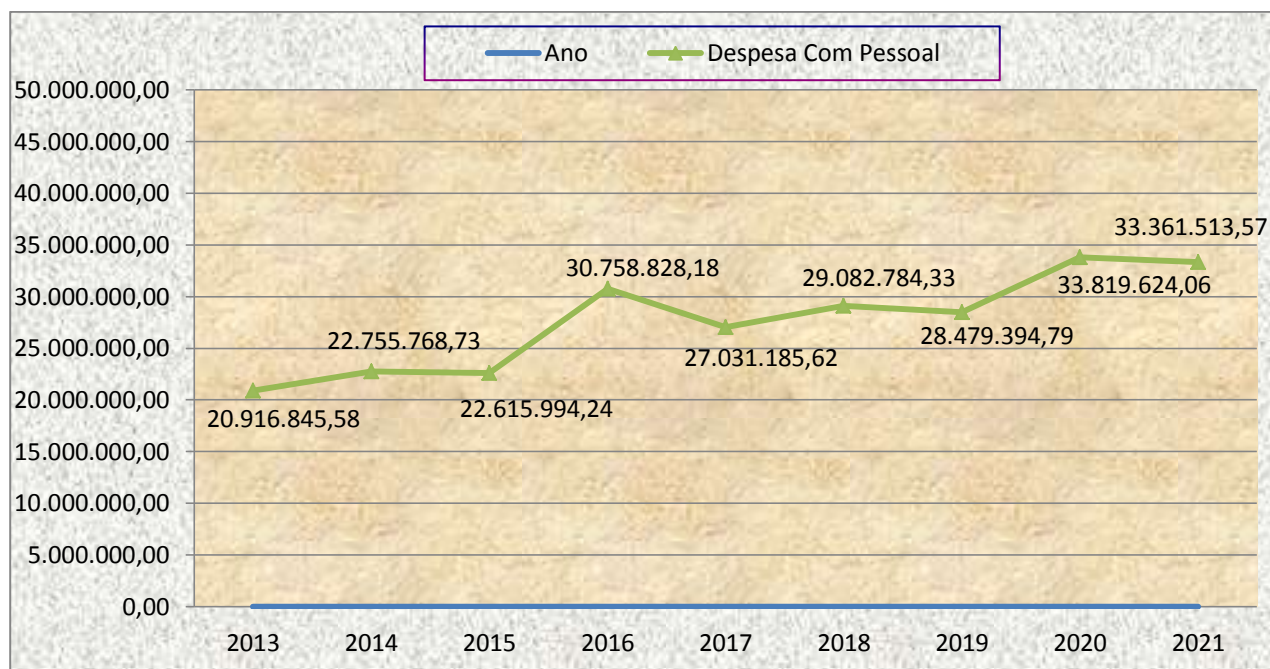
HISTÓRICO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA



Esta representação nos mostra que o município tem ascendido em um acréscimo de receita, o que é um dos motivos para a redução do percentual da despesa com pessoal. Essa redução também é consequência relativa aos números realizados com os encargos exemplificados na tabela MAPA DE APURAÇÃO MENSAL DO INSS.

EXCESSO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL

Nessa modalidade de representação gráfica pretende-se sintetizar o volume dos dispêndios com a despesa com pessoal, anual. Os dados aqui apresentados foram de cada Relatório de Gestão Fiscal correspondente a cada ano.



XII – RESTOS A PAGAR

A partir dos registros encontrados foi feito levantamento no volume dos restos a pagar consolidados para demonstração e gerenciamento de cada gestor. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para sua quitação e/ou regularização de acordo com cada caso. Vejamos as informações que seguem no extrato:

RESTOS A PAGAR CONSOLIDADO 2021					
ORIGEM	01/01/2021	31/03/2021	30/06/2021	30/09/2021	31/12/2021
2016	182.712,97	182.712,97	182.712,97	182.712,97	136.389,11
2017	153.544,82	149.207,72	149.207,72	149.207,72	149.207,72
2018	363.883,60	363.883,60	363.883,60	326.283,60	326.283,10
2019	218.470,77	203.139,17	199.239,17	199.239,17	178.237,51
2020	641.250,27	249.478,47	243.603,27	242.506,27	242.505,92
TOTAL	1.559.862,43	1.148.421,93	1.138.646,73	1.099.949,73	1.032.623,36

Foi informado acerca do disposto do artigo 1º, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive no que reza o princípio orçamentário do **equilíbrio entre as despesas e as receitas**, destacando a necessidade de seu cumprimento.

Foi sugerida também uma avaliação de cada registro, através de uma comissão criada por portaria designando os



agentes a as competências para esse fim. Verificar a veracidade da despesa ou em caso de inconformidade, proceder o cancelamento.

XIII- DO REPASSE DAS RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Foi orientado ao Gestor e ao Secretário que deve ser feito um controle rigoroso nas receitas extras, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário de fato, para se evitar problemas com *apropriação indébita* de **consignações, pensão de alimentos, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

Esse controle pode ser realizado por meio informatizado pelo sistema contábil, através do módulo: **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA EXTRA POR FONTE.**

XIII - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

De acordo com as avaliações do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, esta unidade gestora mantém alto índice de publicidade no tocante aos itens aplicados no formulário de avaliação. O portal funciona no endereço <https://indiaroba.se.gov.br/>, seus atos e relatórios estão disponibilizados além do portal, no diário eletrônico municipal.

XIV- DO REPASSE DAS RECEITAS RETIDAS

Foi orientado ao Gestor e ao Secretário de Finanças que deve ser feito um controle rigoroso nas receitas extras, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com *apropriação indébita* de **consignações, pensão de alimentos, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

Esse controle pode ser realizado por meio informatizado pelo sistema contábil, através do módulo: **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA EXTRA POR FONTE.**

XV - CONCLUSÃO

Restou das análises de auditoria executadas nos papéis de trabalho relativos à execução financeira, orçamentária e patrimonial produzidos pela Contabilidade e disponibilizados a esta Controladoria,



referentes ao período de **Exercício de 2021**, a conclusão de operações e procedimentos técnico-administrativos deste órgão uma parcial conformidade com os princípios da contabilidade pública, normas técnicas de procedimentos contábeis regulados pela Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos públicos, observando-se as recomendações aqui descritas.

Diante da dificuldade financeira e a crise setorial do país, o volume considerado de restos a pagar, fundado no princípio da prudência, do equilíbrio orçamentários e da razoabilidade foi sugerida a não realização de festas e o enquadramento nos moldes da LRF.

Acerca do Controle Patrimonial, foi recomendado que houvesse atualização dos bens, indicando o estado de conservação, tombamento e dados cadastrais de acordo com sua localização.

Indiaroba (Se), 08 de Março de 2022.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 10/2021



Estado de Sergipe Município de Indiaroba Prefeitura Municipal de Indiaroba

C E R T I D ã O

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao **Exercício de 2021**, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Resolução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação em vigor a fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante, opinando pela parcial procedência dos atos da gestão nos termos delineados neste relatório.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 10/2021



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Prezado Senhor
Adinaldo do Nascimento Santos
Prefeito Municipal de Indiaroba

Essa Secretaria Municipal de Controle Interno realizou análise dos dados contábeis, financeiros e patrimonial desta **Prefeitura Municipal de Indiaroba**, referente ao **Exercício de 2021**. No decorrer da execução foram apontadas sugestões, novos procedimentos e outros mecanismos sobre um melhor controle de gestão.

Os trabalhos foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria vigente e compreenderam o planejamento orçamentário, informações acerca de receitas e despesas e o limite do saldo orçamentário com alertas sobre equilíbrio das contas públicas.

Manifesto ainda que os sistemas Orçamentários, financeiros e Patrimoniais movimentados no decorrer do **Exercício de 2021**, expressam o retrato da **Prefeitura Municipal de Indiaroba**, bem como parcial conformidade com os Princípios Básicos de Contabilidade, as normas instruídas através da Lei nº. 4.320/64 e os dispositivos constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Indiaroba (SE), 08 de Março de 2022.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 10/2021